



RISUS - Journal on Innovation and Sustainability  
volume 10, número 4 - 2019  
ISSN: 2179-3565

Editor Científico: Arnaldo José de Hoyos Guevara  
Editor Assistente: Rosa Rizzi  
Avaliação: Melhores práticas editoriais da ANPAD

## **A INFLUÊNCIA DA GLOBALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA** *The influence of globalization in brazilian higher education*

Alexey Carvalho

Universidade Anhanguera de São Paulo e Universidade Estadual de Campinas.  
e-mail: alexey.carvalho@gmail.com

### **ABSTRACT**

The purpose of this paper is to bring to reflection the main influences of globalization in Brazilian higher education has occurred in the last two decades. A critical analysis of the relevant literature was made, addressing the main international organizations such as the World Bank (WB) and the Organization for Economic Cooperation and Development (OECD), as well as its main guidelines for the education. Among the aspects analyzed, it is possible to verify a convergence of the guidelines of these organizations about the importance of Higher Education for economic development and the need to link the use of public resources to quality.

**Keywords:** Higher Education. Evaluation. Accreditation. Globalization. Public Policies.

**ACEITO EM: 15/12/2019**

**PUBLICADO: 30/12/2019**



RISUS - Journal on Innovation and Sustainability  
volume 10, número 4 - 2019  
ISSN: 2179-3565

Editor Científico: Arnaldo José de Hoyos Guevara  
Editor Assistente: Rosa Rizzi  
Avaliação: Melhores práticas editoriais da ANPAD

## THE INFLUENCE OF GLOBALIZATION IN BRAZILIAN HIGHER EDUCATION

*A influência da globalização na educação superior brasileira*

Alexey Carvalho

Universidade Anhanguera de São Paulo e Universidade Estadual de Campinas.  
e-mail: alexey.carvalho@gmail.com

### RESUMO

O objetivo deste artigo é trazer à reflexão as principais influências da globalização na educação superior brasileira ocorridas nas duas últimas décadas. Foi feita uma análise crítica da literatura relevante, abordando as principais organizações internacionais como o Banco Mundial (BM) e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), bem como, suas principais diretrizes para a educação. Dentre os aspectos analisados, é possível verificar a convergência das diretrizes dessas organizações sobre a importância da educação superior para o desenvolvimento econômico e a necessidade de vincular o uso de recursos públicos à qualidade.

**Palavras-chave:** Educação Superior. Avaliação. Acreditação. Globalização. Políticas Públicas.

**ACEITO EM: 15/12/2019**

**PUBLICADO: 30/12/2019**

## INTRODUÇÃO

O fenômeno da globalização se caracteriza pela consolidação de um sistema econômico mundial, que provoca impactos em toda a sociedade, com a adoção de políticas transnacionais com relações de interdependência que ultrapassam as barreiras das nações. Dentro deste contexto, a educação Superior está associada ao desenvolvimento econômico, uma vez que se torna preponderante na atual sociedade do conhecimento. Neste artigo, serão analisadas e trazidas à reflexão, algumas das influências ocorridas na educação superior brasileira nas últimas duas décadas, passando pela discussão da educação como *commodity*, com enfoque nas políticas de qualidade e de financiamento.

Com a intensificação da globalização, tendo no centro a economia e o capital, tem ocorrido um enfraquecimento dos estados nacionais, em detrimento aos interesses econômicos das grandes corporações. A educação superior assume então, o papel de formadora e qualificadora da força de trabalho para a melhoria da eficiência e da produtividade, em contraponto à formação plena do indivíduo como cidadão crítico e reflexivo.

As atuais políticas educativas, influenciadas por esta concepção de educação superior, a serviço do desenvolvimento econômico, impelem os governos nacionais a promover a ampliação do acesso à educação superior, seja por meio de instituições públicas ou privadas. Em sendo, a educação superior tratada como negócio, com a exploração pela iniciativa privada passa a ganhar contornos de serviço, que só tem acesso quem pode pagar por ele, em oposição à concepção de bem público e social, dever do Estado.

Dadas as conjunturas de interdependência e interconexões globais, advindas da globalização, emanam as forças dos organismos internacionais, dominados pelo grupo hegemônico das grandes economias, que definem os conceitos, as diretrizes e orientações, com caráter supranacional, que devem ser seguidas pelos demais estados nacionais, muitas vezes negligenciando os aspectos culturais, de contextualização e de inserção social, indissociáveis do processo educativo.

Dentre os organismos internacionais que têm tido influência na educação superior brasileira, serão abordados com destaque o Banco Mundial (BM) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), dentre outros, que exercem lateralmente influência, direta ou indiretamente, em cooperação com os mesmos.

O objetivo deste artigo é fornecer subsídios que contribuam para uma reflexão das mudanças que impactam o cotidiano das Instituições de Educação Superior (IES), buscando fomentar o debate ideias, de forma a compreender que muito do que é praticado hoje tem origem em uma agenda da educação mundial, centrada na economia e que exige uma análise ampla e não de forma isolada.

O artigo foi estruturado em três partes, na primeira é feita uma revisão da literatura, com um resgate histórico dos organismos internacionais abordados, destacando sua relevância, diretrizes e políticas atuais, assim como, suas relações com outros organismos. Na segunda parte, é apresentado o método e quais fontes, documentos e informações oficiais são utilizadas. Na terceira parte, é feita a discussão dos resultados, em que são apresentadas algumas das influências destes organismos, nas políticas educacionais brasileiras para a educação superior, com destaque para os temas de qualidade e financiamento.

## REVISÃO DA LITERATURA

Dentro do contexto da globalização, vários são os organismos e atores internacionais que exercem influência na educação, porém, devido à amplitude deste trabalho, buscou-se elencar alguns deles, considerando a evidência de suas políticas e diretrizes, com impacto na educação superior brasileira nas duas últimas décadas.

A Conferência de Bretton Woods, realizada em julho de 1944, de acordo com Mello (2012), é tida como o berço da arquitetura da geopolítica mundial do pós-guerra e originou o que alguns autores chamaram de

instituições de governança global: o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e o GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) sucedido pela Organização Mundial do Comércio (OMC), completando a “tríade do sistema Bretton Woods”.

O Banco Mundial (BM) foi concebido em 1944, para a reconstrução da Europa, pós-guerra, atualmente o grupo engloba cinco instituições, das quais duas possuem histórico de atuação na educação, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), sendo as demais voltadas ao setor privado e ao mercado financeiro. Fica sediado em Washington, Estados Unidos e a composição de cada uma de suas instituições é distinta, no BIRD, por exemplo, tem 189 países membros, entre eles o Brasil, tendo como principais acionistas Estados Unidos, Japão, Alemanha, França e Reino Unido (BM, 2011; BM, 2018).

O Fundo Monetário Internacional (FMI) guarda algumas semelhanças como BM, foi concebido no mesmo ano com vistas à reconstrução da Europa, tem sede na mesma cidade e curiosamente dividiram o mesmo prédio durante muitos anos. Possui a mesma quantidade de países membros que o BIRD e os seis principais cotistas também são os mesmos, mas a participação acionária difere, enquanto no BIRD os principais acionistas detêm 40% de participação, no FMI aumenta para 45%. As posições dos países membros se alteram. O Brasil é o 10º maior acionista do FMI, com 2,33% de participação, enquanto no BIRD ocupa a 14ª posição, com 1,84% (BM, 2016; FMI, 2018; CARVALHO, 2017).

Em linhas gerais, o FMI tem por objetivo garantir o equilíbrio da economia mundial e a estabilidade da taxa de câmbio, supervisionando a saúde econômica de seus países membros, oferece assessoria técnica e treinamento para melhoria da gestão econômica e fornece recursos para ajudar aqueles com dificuldades em sua balança de pagamentos. Além dos países membros, trabalha ainda em conjunto com outras organizações internacionais para promover o crescimento econômico e a redução da pobreza (BM, 2018).

Ao longo de sua história, tanto o FMI quanto o BM tiveram momentos de maior ou menor proximidade, mas sempre mantiveram certa sintonia nas questões relacionadas à educação, uma vez que ambos convergem na posição de que investimentos em educação contribuem para o aumento da produtividade e conseqüentemente para o desenvolvimento econômico. A relação mais clara de ambos pode ser notada quando os empréstimos a serem concedidos pelo BM para investimento em educação são condicionados a ajustes sugeridos pelo FMI na política econômica e fiscal do país beneficiário do recurso. Assim, o FMI exerce influência indireta contribuindo ou não para aprovação de projetos voltados à educação, a recíproca também pode ocorrer, quando um país recorre ao FMI e este sugere melhorias na educação, levando-o a recorrer a projetos do BM.

O terceiro membro da tríade, a Organização Mundial do Comércio (OMC) iniciou suas atividades em 1995, mas tem origem no GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) de 1947, constitui-se hoje na principal instância para regular as relações de comércio multilateral, no qual os governos-membros buscam resolver suas questões comerciais. Possui atualmente 164 membros, entre eles o Brasil, tem sede em Genebra na Suíça e tem como diretor geral o brasileiro Roberto Azevêdo (OMC, 2018).

As discussões que envolvem a OMC e a educação superior têm no seu bojo, a inclusão da educação no rol de serviço educacional desta organização, o acirramento das discussões se deu com a divulgação do documento “S/C/W/49” de 23 de setembro de 1998 (OMC, 1998), que apesar de ter caráter preliminar e consultivo, permite identificar algumas das intenções da OMC com a educação em todos os seus graus, traz indicativos de classificações, análises do mercado, utilizando-se de informações da OCDE, tratando especificamente de questões acerca da educação Superior e da educação a distância.

O tratamento da educação como serviço, bem de consumo ou *commodity*, faria com que os países e grupos de educação, passassem a seguir as regras de mercado, podendo ter questionados subsídios, financiamentos públicos ao setor, assim como, terem questionadas as barreiras ao capital internacional para exploração do setor, como eventual protecionismo. Há ainda um caminho a ser trilhado nestas discussões, porém, trata-se de um grande alerta para as discussões das políticas da educação superior e sua natureza de bem público e social.

Um organismo internacional que tem aumentado sua influência na educação, nos últimos tempos é a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), fundada em 1961, mas que teve origem na Organização para a Cooperação Econômica Europeia (OEEC), criada em 1948, na época com objetivos semelhantes ao BM. Tem sede em Paris na França, atualmente é composta por 35 países com direito a participação e voto no conselho, o Brasil não é membro, mas participa do programa engajamento ampliado, que lhe permite compor alguns comitês e de acordo com OCDE (2018b) efetivou sua candidatura a membro efetivo em Março de 2017. Tem como missão “promover políticas que melhorem o bem-estar econômico e social das pessoas em todo o mundo” (OCDE, 2018a). A OCDE tem sido vista como um clube seletivo, que com base em suas realidades, acreditando em seus modelos e sistemas educacionais, impõem diretrizes aos demais, posteriormente serão analisadas convergência das ideias entre a OCDE e o BM.

Apesar de frequentemente ligada às causas sociais e ambientais, outra instituição internacional que desenvolve projetos na área de educação é a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em geral com trabalho de consultoria e apoio técnico. Pode ser considerada uma agência intelectual da Organização das Nações Unidas (ONU), como ela própria se apresenta em UNESCO (2018), foi fundada em 1945, tem sede em Paris na França e conta 195 países membros, dentre eles o Brasil e 9 países associados. A UNESCO possui relação formal com o BM desde 1964, porém, sua participação no financiamento de projetos tem sido reduzida, devido à limitação de recursos, atualmente fornece *expertise* educacional necessária à identificação e ao design de projetos, trabalhando em cooperação com outros organismos, inclusive com o BM.

De acordo com o exposto, é possível notar que os organismos internacionais apresentados têm atuado de alguma forma para as discussões e as políticas vigentes na educação superior brasileira. Convém destacar que muitas atividades ou projetos destes organismos estão inter-relacionados, sendo que podem trabalhar em cooperação e em paralelo, a seguir são analisados seus principais pontos de influência.

## METODOLOGIA

Para analisar a influência dos organismos internacionais apresentados na educação superior brasileira, serão considerados os fatores proeminentes e ocorridos em até duas décadas passadas. Durante o período citado, ocorreram vários marcos, encontros, conferências e resoluções que envolveram estes organismos, que devido a abrangência deste trabalho, não será possível analisar todos. Assim, buscar-se-á verificar os impactos da adoção das diretrizes e políticas destes organismos e para evitar interpretações ideológicas ou mesmo parciais, serão utilizadas como referências principais, os documentos e as informações disponibilizados pelos próprios organismos analisados, juntamente com os dados oficiais da educação superior brasileira.

Como referência principal do BM adotou-se o livro *La Enseñanza Superior*, publicado em 1995, que apresenta estudos, chamados de lições de experiências, com o intuito de debater sobre as políticas do BM na educação superior, suas relações com os beneficiários de seus empréstimos e melhorar a eficácia dessa assistência, além de informações do *Brazil: Higher Education Sector Study* publicado em 2000.

Como referência da OCDE será utilizado o documento publicado em 2008, intitulado “O Ensino Superior na Sociedade do Conhecimento”, baseado em uma investigação internacional da educação superior, destacando a preocupação com as políticas de educação superior que contribuam para o desenvolvimento econômico e social, além de informações do relatório anual de 2017 *OECD Active with Brazil* (OCDE, 2018b).

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

O BM (1995) define quatro orientações chave para uma possível reforma da educação superior: 1) Fomentar a maior diferenciação das instituições, incluindo o desenvolvimento de instituições privadas; 2) Proporcionar incentivos para que as instituições públicas diversifiquem suas fontes de financiamento, inclusive com a participação dos estudantes nos custos, além de uma estreita vinculação entre o financiamento e os resultados; 3) Redefinir a função do governo na educação superior; e 4) Adotar políticas que priorizem os objetivos de qualidade e equidade. No relatório específico do Brasil, BM (2000), são reforçados alguns pontos, abordando: acesso; qualidade; relevância e eficiência.

Para o BM (1995), o modelo tradicional europeu de Universidade de pesquisa tem demonstrado ser caro e pouco apropriado para satisfazer as demandas do desenvolvimento econômico e social, assim, propõe que a criação de instituições não universitárias e o aumento de instituições privadas podem contribuir para satisfazer a demanda cada vez maior da educação superior e fazer com que os sistemas de ensino se adequem melhor às necessidades do mercado de trabalho.

Analisando os dados do censo da educação superior de 2001 a 2012 (INEP, 2012) verificou-se que neste período, o número de IES no Brasil cresceu 74%, passando de 1.391 para 2.412. A expansão ocorreu tanto em IES públicas como privadas, com crescimento de cerca de 75% nas privadas contra 66% nas públicas. Nas privadas, o maior crescimento absoluto se deu no número de Faculdades, passando de 1.059 para 1.898, com aumento de 79%; já nas públicas, houve o incremento de 37 novas Universidades Federais e 14 Institutos Federais, além de 8 Centros Universitários Federais.

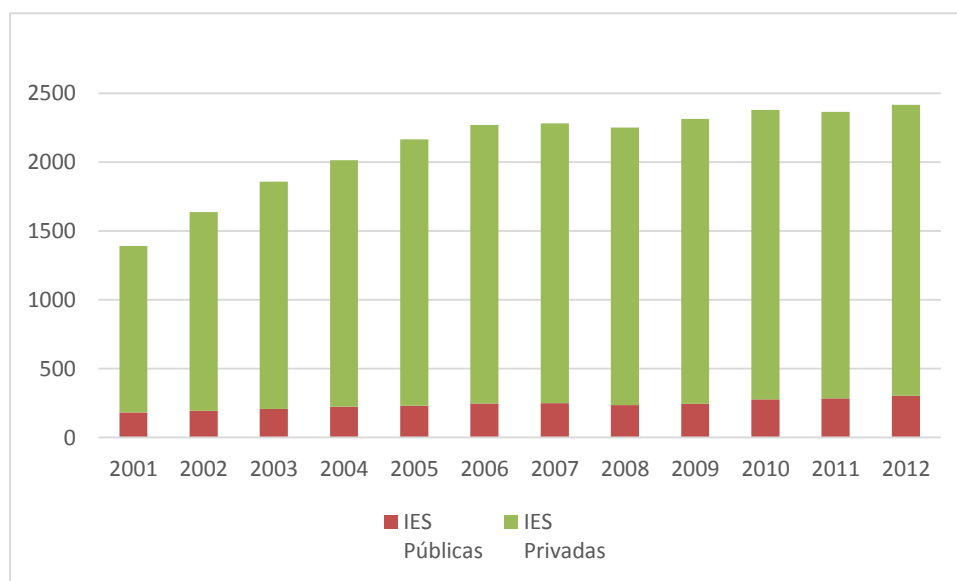


Figura 1 - Expansão Número de IES no Brasil 2001 a 2012.

Fonte: Carvalho (2017, p. 30)

Destaca-se no contexto da IES pública a contribuição do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), Brasil (2007), com a destinação de recursos e que teve importante participação no processo de ampliação das instituições públicas de educação superior, não cabendo aqui julgamento de valor acerca de sua eficácia, que ainda hoje é alvo de discussões.

Além da expansão ocorrida, está em curso um processo de consolidação de grandes grupos privados de Educação, de acordo com estudo apresentado por Toledo (2016) que levou em consideração o censo da educação superior de 2014 e dados da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que regula as empresas de capital aberto. Segundo ele, oito grupos concentram 27,8% das matrículas da educação superior no Brasil e, considerando fusões já realizadas em 2014 e anunciadas em 2016, são, na verdade, seis grupos.

Diante dos dados apresentados, é possível constatar a adesão à orientação do BM no que concerne o incentivo à diferenciação das IES e estímulo à iniciativa privada, com a expansão pública ocorrendo majoritariamente via universidades que, por finalidade, concentram a pesquisa e por sua vez a expansão privada, por meio de faculdades, voltadas ao ensino. Porém, Dias Sobrinho (2010a) lembra o lado obscuro que esta política pode produzir, as faculdades privadas, em especial de pequeno porte, por não terem em geral pesquisa sistemática, dificilmente beneficiarão seus estudantes dos resultados de suas pesquisas e os fará, quando egressos, por não terem desenvolvido competências em pesquisa, estar em desvantagem no mundo do trabalho e na sociedade.

No que tange à produção acadêmica, essa diferenciação proposta pelo BM (1995) traz consigo um contrassenso e se opõe ao princípio Universitário, segundo o qual ensino e a pesquisa devem estar juntos. Essa política contribui cada vez mais para que haja um abismo no Brasil entre as IES de ensino, em geral Faculdades privadas e IES de pesquisa, em geral Universidades públicas. Isso traz impactos negativos na sociedade de forma geral, inclusive para os fatores de competitividade, importantes ao desenvolvimento econômico. Assim, reforça-se um desestímulo à produção acadêmica, em especial, do docente que atua nas Faculdades e que acabará sendo desencorajado à atividade de pesquisa.

Com relação à orientação à diversificação das fontes de financiamento das instituições públicas, o BM (1995) propõe algumas alternativas, dentre elas: a utilização de fundos privados em instituições públicas; participação dos estudantes nos gastos; eliminação de todos os subsídios não relacionados diretamente com a instrução, como moradia e alimentação; obtenção de fundos de ex-alunos e fontes externas; geração de renda com a cobrança de cursos de capacitação de curta duração e contratos de pesquisa, dentre outros.

É possível notar que o pano de fundo dessa orientação consiste em desonerar o governo de suas obrigações para com a educação superior, pois fazendo com que as Universidades públicas busquem alternativas de financiamento, estas poderão reduzir sua dependência do recurso público. Segundo o BM (1995), uma meta indicativa seria de que as receitas provenientes de outras fontes pudessem custear em torno de 30% de seus gastos. Essa proposição, de busca pela eficiência na aplicação de recursos nas Universidades públicas, pode também reduzir os investimentos em pesquisa ou transformá-la em serviço, uma vez que o BM (1995) propõe que sejam realizados contratos de pesquisa com governo e empresas. Nesses contratos, a Universidade pode oferecer pesquisas e estudos econômicos, científicos e tecnológicos em troca de contrapartidas, o que pode comprometer a autonomia universitária de pesquisa.

No Brasil, a discussão acerca de fontes alternativas de recursos para instituições públicas, apesar de não ser nova, sempre volta à tona quando casos recentes, como o da crise financeira da Universidade de São Paulo (USP), dentre outras, tomam as manchetes dos jornais, de acordo com Carvalho (2017). A presença de outras fontes de renda no orçamento das instituições públicas de ensino superior brasileira ainda pode ser considerada tímida, de forma geral. O estudo comparativo entre instituições brasileiras, canadenses e americanas, de Saurin et. al. (2005) mostrou que enquanto a participação de outras fontes de renda nas instituições brasileiras estudadas era da ordem de 13%, nas canadenses era de 39% e nas americanas 63%. Em adição ao exposto, um estudo específico realizado na Universidade Federal de Santa Catarina mostrou que a participação de outras fontes de renda nessa Universidade passou de 14% em 2009 para 18% em 2010, de acordo com Kauling et. al. (2011). Convém destacar, que esse caso ilustra o que também ocorre em outras instituições públicas, principalmente federais, as outras rendas citadas decorrem de serviços prestados e pesquisas desenvolvidas por meio de convênios a órgãos públicos em sua maioria da administração federal, além de agências de fomento. Ainda, de acordo com Saurin et. al. (2005), excluindo-se os convênios com órgãos públicos, a renda efetivamente gerada

nas instituições brasileiras estudadas é da ordem de 2,3%, denotando, ainda, a inexistência de fundos privados como recomendado pelo BM (1995).

Com relação à orientação do BM acerca da qualidade, pode-se destacar, dentre outras ações, a criação em 1995 do Exame Nacional de Cursos (ENC) pela Lei Nº. 9.131, de 24 de novembro de 1995, que ficou conhecido como provão e vigorou de 1996 a 2003, aplicado aos egressos dos cursos superiores, que veio a ser substituído em 2004 pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). O próprio BM (2000) reconhece a importância do exame e destaca ainda o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) criado em 1993 e um dos pontos de partida para a posterior criação em 2004 do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

De acordo com Dias Sobrinho (2010b) a influência dos organismos internacionais imprimiu racionalidade economicista e tecnocrática à avaliação da educação superior brasileira, em especial nos exames nacionais gerais que ganharam importância como instrumento de controle para medir eficiência e eficácia dos cursos e instituições segundo critérios de mercado, servindo ao interesse dos organismos internacionais.

Alinhada com a visão do BM (1995), para a OCDE (2008, p.13):

O ensino superior é um fator importante de competitividade econômica no contexto de uma economia mundial cada vez mais dependente do conhecimento tornou a elevada qualidade do ensino superior mais importante que nunca. É imperativo para os países aumentar o nível superior de capacidades para o emprego, manter uma base de investigação competitiva a nível mundial e melhorar a difusão do conhecimento em benefício da sociedade.

É preconizado ainda, pela OCDE (2008) que a principal função das autoridades educativas é garantir a aplicação eficiente dos recursos públicos nas IES, lembrando ainda que a maioria dos países tem três desafios principais: aumentar as taxas inclusão na educação superior; melhorar a qualidade e alcançar nível sustentável de financiamento (OCDE, 2008). É possível ver claramente a convergência das orientações da OCDE e do BM, acerca do que se espera dos estados nacionais na educação superior. Dentre suas principais orientações para as políticas da educação superior, serão destacadas duas: 1) Adequar as estratégias de financiamento às prioridades nacionais; e 2) Garantir e melhorar a qualidade.

No Brasil ficou evidente a inserção do financiamento à educação superior dentre as prioridades nacionais, com a criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI), em 2005 (BRASIL, 2005) e o impulso dado em 2010 ao Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que apesar de criado em 1999, no ano de 2010 passou a ser gerido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com novas regras e maior volume de recursos.

O PROUNI concede bolsas integrais ou parciais em IES privadas e não há contrapartida do estudante. Já no caso do FIES, as mensalidades podem ser financiadas parcial ou integralmente, com taxas subsidiadas, atualmente em torno de 6,5% ao ano, e somente começar a pagar após a conclusão do curso e mais um período de carência, num prazo de até três vezes a duração do curso.

Importante mencionar que ambos os programas têm critérios específicos, que visam a atender estudantes de baixa renda, mas trazem como condição comum a participação do estudante no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), considerando ainda que no PROUNI, a nota auferida do exame é utilizada como critério classificatório. A ampliação dos programas tem ocorrido a passos largos, entre os anos de 2010 e 2014, nesse período, o número de contratos FIES teve um crescimento vertiginoso, passando de 76 mil em 2010 para 1,9 milhão em 2014 (FNDE, 2015), que corrobora a orientação do BM para que seja incentivado financiamento pelo princípio de partilha de custos entre o Estado e estudante.

Convém destacar que, após 2015, tanto FIES como PROUNI tiveram corte de verbas, restringindo o número de novas vagas, em decorrência da crise econômica, assim como, houve o atraso de repasses do governo federal às IES o que comprometeu em alguns casos seu funcionamento. Há ainda, uma discussão sobre a inadimplência dos estudantes para com o FIES, que está sendo alvo de estudos, incluindo um aumento participação das IES.



Ainda no que tange ao aumento das taxas de matrículas na educação superior e seu financiamento, o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei Nº. 13.005, de 25 de junho de 2014, previa ampliar o PROUNI e o FIES, nos cursos presenciais e a distância, destinando, assim, mais recursos para expansão da educação superior via instituições privadas, sendo que FIES atende apenas aos cursos presenciais, ocorre que, com a escassez de recursos após 2015, isso ainda não se concretizou.

Outra característica comum aos programas é de somente estarem aptos a participar, os cursos de IES com conceitos positivos nas avaliações do Ministério da Educação (MEC), influenciado diretamente pelo resultado do ENADE, que tem grande peso no conceito do curso e no conceito institucional. Desta forma, evidencia-se novamente a incidência das orientações da OCDE, ou seja, o financiamento atrelado à qualidade.

A Lei Nº. 10.861, de 14 de abril de 2004, instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que se tornou o grande marco regulatório para avaliação de cursos, instituições e estudantes da educação superior brasileira. Em sua concepção original, de acordo com Dias Sobrinho (2010b), previa enquanto sistema, articulação entre avaliação e regulação, com respeito à identidade institucional, à diversidade de instituições e para isso requeria instrumentos flexíveis e adaptáveis às peculiaridades de cada IES, sem romper os princípios e objetivos gerais e comuns do SINAES.

Apesar de disposto na lei do SINAES (BRASIL, 2004) em seu artigo 2º. inciso III que deve-se assegurar “o respeito a identidade e à diversidade das instituições e dos cursos”, explicitando o exposto anteriormente, passados mais de quatorze anos desde sua criação, isso ainda não é uma realidade. Os instrumentos de avaliação padronizados não permitem considerar suficientemente os aspectos relativos à contextualização e inserção regional e nem de diferenciação das categorias administrativas das IES, universidades, centros universitários e faculdades, por exemplo. O SINAES tem passado por constante aprimoramento, tendo estado em linha com as orientações da OCDE (2008), que prevê que se desenvolva uma cultura de qualidade no sistema da educação superior, com mecanismos de avaliação interna e externa, reforçando as estruturas dos organismos de garantia da qualidade, todos estes, previstos na lei do SINAES.

De acordo com OCDE (2018b) há um futuro promissor para a parceria e o engajamento do Brasil nos projetos educacionais do organismo, destacando a utilização dos resultados do Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (PISA) e do Programa de Avaliação Internacional de Competências de Adultos (PIAAC). Menciona, ainda, a participação da OCDE junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) em projeto para revisar o sistema de garantia da qualidade da educação superior brasileira.

Cabe a reflexão, do papel desses programas, exames e do SINAES de forma geral, como fonte geradora de indicadores, que também servem às diretrizes internacionais tanto do ponto de vista de governança e regulação, como de prestação de contas dos investimentos em relação aos resultados apresentados à sociedade e norteador de políticas para a educação superior. Porém, neste sentido, acaba a educação superior por incorporar ou até internalizar terminologias e conceitos típicos de mercado, com seu lado sombrio, de medidas excessivas de desempenho, como taxas de retorno dos investimentos e financiamentos, assim como as possibilidades de classificar em *rankings*, distorcendo em muitos casos, o real valor social das instituições em seus contextos.

É discutível ainda a real eficácia dos grandes exames como o ENEM e o ENADE, sobretudo o fato de as escolas no ensino médio estarem mais preocupadas em preparar os estudantes para o ENEM do que com o conteúdo em si, pois isso influenciará em sua posição no *ranking*. Assim como as IES que dependem do resultado do ENADE, conforme já mencionado, mas onde não há estímulo do estudante em participar, a não ser a obrigatoriedade, e ao mesmo tempo são confrontadas com as necessidades e imposições do mercado e dos exames de ordem, dependendo da área de formação.

A preocupação com a avaliação da educação e o acompanhamento de seus indicadores em nível global foi explicitada pela UNESCO, em sua 38ª. Conferência Geral, realizada em novembro de 2015, em Paris. Nessa Conferência, foi aprovado um marco de ação para o programa “Educação 2030”, baseado na Declaração de Incheon, sancionada no Fórum Mundial da Educação, realizado em maio de 2015, na Coreia do Sul. Esse

documento trata da estruturação de um sistema de avaliação e monitoramento das metas globais para educação no período de 2015 a 2030. No que concerne à educação superior, destaca-se seu item 10 (UNESCO, 2015):

Comprometemo-nos a promover, com qualidade, oportunidades de educação ao longo da vida para todos, em todos os contextos e em todos os níveis de educação. Isso inclui acesso equitativo e mais amplo à educação e à formação técnica e profissional de qualidade, bem como ao ensino superior e à pesquisa, com a devida atenção à garantia de qualidade. [...] Também nos empenhamos com o fortalecimento da ciência, da tecnologia e da inovação. Tecnologias de informação e comunicação (TIC) devem ser aproveitadas para fortalecer os sistemas de educação, a disseminação do conhecimento, o acesso à informação, a aprendizagem de qualidade e eficaz e a prestação mais eficiente de serviços.

Observou-se ao longo dos aspectos apresentados a evidente influência dos organismos internacionais na educação superior brasileira, optou-se por aprofundar especificamente dos temas relacionados à qualidade e ao financiamento, destacando-se a estreita relação entre ambos, uma vez que a busca pela eficiência na aplicação dos recursos perpassa pelas diretrizes dos organismos citados, despertando a reflexão do caráter reducionista e a lógica econômica de medidas de mercado que se entranharam na educação superior. O Quadro 1, a seguir, apresenta uma síntese das influências abordadas.

<b>Diretrizes / Organismo</b>	<b>Influências</b>
<p><b>Banco Mundial</b></p> <p>Fomentar a maior diferenciação das instituições, incluindo o desenvolvimento de instituições privadas e ampliar o acesso à educação superior.</p> <p><b>OCDE</b></p> <p>Aumentar as taxas inclusão na educação superior.</p>	<p>- Expansão da educação superior 2001 a 2012, Faculdades privadas e Universidades públicas</p> <p>- REUNI</p> <p>- PROUNI</p> <p>- FIES</p> <p>- ENEM</p> <p>- PNE</p>
<p><b>Banco Mundial</b></p> <p>Adotar políticas que priorizem os objetivos de qualidade e equidade.</p> <p><b>OCDE</b></p> <p>Desenvolver cultura de qualidade no sistema da educação superior, com mecanismos de avaliação interna e externa.</p>	<p>- SINAES</p> <p>- ENADE</p> <p>- Vinculação das avaliações aos recursos PROUNI e FIES aos resultados SINAES</p>

Quadro 1 – Síntese das influências dos organismos internacionais na educação superior  
Fonte: o autor (2019).

A síntese apresentada demonstra que as políticas educacionais em nível superior, no Brasil, por meio das legislações implementadas ou alteradas nas duas últimas décadas, sofreram manifesta influência das diretrizes estabelecidas pelos organismos internacionais, especialmente BM e OCDE, tendo seus efeitos produzidos até os dias atuais, cabendo vigilância e acompanhamento desses impactos no contexto da IES brasileiras e na qualidade da educação superior.

## CONCLUSÃO

A influência da globalização tem ocorrido em todo o mundo e a educação superior tem passado por inúmeras discussões, que envolvem o papel das Universidades, as atribuições docentes, os conteúdos, dentre outros; contudo optou-se por focar os temas: qualidade e financiamento, por serem mais proeminentes no Brasil no período estudado.

Foram abordados os organismos internacionais que exercem influência direta ou indireta na educação superior, com ênfase nas políticas e conceitos gerais do BM e da OCDE. Buscou-se apresentar os organismos e suas relações, assim como, analisar os pontos de convergência existentes entre eles, com o objetivo de subsidiar as discussões sobre estes temas, sem a pretensão de se exaurir os assuntos.

Dentre os aspectos investigados é possível afirmar que há convergência entre os organismos abordados, em três pontos: 1) a educação superior é importante instrumento para o desenvolvimento econômico e por sua vez pode contribuir para a redução das desigualdades sociais; 2) é preciso ampliar o acesso à educação superior, seja por meio de instituições públicas ou privadas; e 3) é necessário que haja um sistema de qualidade na educação superior capaz de garantir a adequada aplicação dos recursos em face aos resultados para a sociedade.

Por outro lado, alguns pontos ainda controversos, poderão ser tratados em trabalhos futuros, como: 1) o financiamento da educação superior sobre o princípio de partilha de custos entre o Estado e estudante; 2) o caráter reducionista dos sistemas de avaliação que negligenciam a contextualização e o papel de inserção social das IES; 3) a busca por tratar a educação superior como serviço, negociável internacionalmente e regulada pela OMC, em oposição à concepção de bem público e social.

Além dos pontos apresentados, convém destacar que especialmente no Brasil, as políticas públicas para a educação superior têm vivido um grande desafio que é estimular a expansão, aumentando o acesso à educação superior e ao mesmo tempo garantir a qualidade. É possível notar esforços neste sentido, em especial com um conjunto mudanças que entraram em vigor em 2017, porém, seus resultados somente poderão ser analisados em estudos futuros.

As considerações apresentadas trazem subsídios para contribuir com debate e a reflexão dos temas que impactam a educação superior, presentes no cotidiano nas IES e com grandes efeitos sociais. Assim é preciso uma vigilância contínua e crítica da repercussão das “agendas mundiais” nas realidades locais, de forma a resguardar o relevante papel das IES em suas regiões como formadora de cidadãos críticos e reflexivos e não apenas de profissionais para o mercado com vistas ao desenvolvimento econômico.

## REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL (BM). Site Institucional. Disponível em: <http://www.worldbank.org>. Acesso: 26 abr. 2018.

BANCO MUNDIAL (BM). La Enseñanza Superior: las lecciones derivadas de la experiencia (El Desarrollo en la práctica). Washington, D.C.: BIRD / Banco Mundial, 1995.

BANCO MUNDIAL (BM). A guide to The World Bank. 3. ed. Washington, D.C.: Banco Mundial, 2011.

BRASIL. Decreto No. 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 abr. 2007.

BRASIL. Lei No. 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 abr. 2004.

BRASIL. Lei No. 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 jan. 2005.

BRASIL. Lei No. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

CARVALHO, Alexey. Produção Acadêmica Docente na Educação Superior: Exigência, Necessidade e Critério de Qualidade. Tese (Doutorado em Educação). Sorocaba: Universidade de Sorocaba, 2017.

DIAS SOBRINHO, J. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. Educação e Sociedade. Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, out.-dez. 2010a.

..... Avaliação e transformações da Educação Superior Brasileira (1995-2009): do Provão ao SINAES. Avaliação. Campinas; Sorocaba, SP, v. 15, n. 1, p. 195-224, mar. 2010b.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). Site Institucional. Disponível em: <http://www.imf.org/> Acesso: 26 abr. 2018.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). Informe de Gestão do FNDE 2014. Brasília: FNDE, 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Resumos Técnicos – Censo da Educação Superior 2012. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/resumos-tecnicos>. Acesso: 13 mai. 2018.

KAULING, F. A. S. et. al. Fontes de financiamento na universidade federal de Santa Catarina. In: XI Colóquio internacional sobre gestão universitária na América do Sul. Florianópolis: INPEAU-UFSC, 2011.

MELLO, H. D. A. O Banco Mundial e a Educação no Brasil: convergências em torno de uma agenda global. Tese (Doutorado em Sociologia). Campinas: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). Declaração de Incheon – Fórum Mundial de Educação 2015. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002331/233137POR.pdf>. Acesso: 06 mai. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). Site Institucional. Disponível em: <http://en.unesco.org/> Acesso: 26 abr. 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC). Site Institucional. Disponível em: <http://www.wto.org/> Acesso: 26 abr. 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC). Council for Trade in Services – Education Services - S/C/W/49. 23. set.1998 Disponível em: [www.wto.org/english/tratop\\_e/serv\\_e/w49.doc](http://www.wto.org/english/tratop_e/serv_e/w49.doc). Acesso: 26 abr. 2018.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). Tertiary Education for the Knowledge Society. Paris: OECD, 2008.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). Site Institucional. Disponível em: <http://www.oecd.org/>. Acesso: 26 abr. 2018a.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). OECD Active with Brazil. Paris: OECD, 2018b.

SAURIN, V. et.al. Instituições de ensino superior: comparativo de receitas e despesas universidades públicas brasileiras, canadenses e americanas. Management: Revista de Ciências Empresariais. Vol. 2, No. 2: 7-17. Maringá, 2005.

TOLEDO, L. F. 8 grupos concentram 27,8% das matrículas do ensino superior. O Estado de São Paulo. 8 de jun. 2016. Disponível em: <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,apenas-8-grupos-privados-concentram-27-8-das-matriculas-do-ensino-superior,10000055857>. Acesso: 21 jul. 2016.